

MODALIDADE: PREGÃO Nº 055/2026

FORMA DE REALIZAÇÃO: ELETRÔNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2026

LICITAÇÃO REGIDA PELA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

LICITAÇÃO DESTINADA A AMPLA PARTICIPAÇÃO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: MODO ABERTO

SISTEMA: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

OBJETO: Aquisição de 02 (dois) veículos automotores do tipo hatch, zero km, cor branca, ano/modelo 2026 ou superior para a Secretaria Municipal de Saúde e 01 (uma) viatura do tipo caminhonete destinada à Divisão Municipal de Trânsito do Município de Guaxupé/MG.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 353.633,33 (Trezentos e cinquenta e três mil seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

O **intervalo mínimo** de diferença de **valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Obras e Serviços de Serviços Públicos.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.ammlicita.org.br

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 06 de agosto de 2026.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até às 09:00hs do dia 06/08/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

AGENTE RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO CERTAME: Pregoeiro Pedro Augusto dos Santos Pereira, nomeado pela **Portaria nº 222, de 04 de maio de 2026**.

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela plataforma de licitações – www.ammlicita.org.br > edital PE 055/2026 esclarecimentos.

Telefones: (31) 3191-7001

Horário de funcionamento: 08h00min. às 18:00min.

Conforme Artigo 164 da Lei 14.133/2021 (NLLCA): “Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame”.

ATENÇÃO: CONFORME Artigo 69, Inciso I, da lei 14.133/2021 a empresa deverá apresentar: balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 055/2026

FORMA DE REALIZAÇÃO: ELETRÔNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2026

DISPUTA: MENOR PREÇO POR ITEM

LICITAÇÃO REGIDA PELA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

LICITAÇÃO DESTINADA A AMPLA PARTICIPAÇÃO

PREÂMBULO

O Município de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Conde Ribeiro do Valle, nº 113, Guaxupé/MG, CEP 37.830-026, inscrito no CNPJ sob o nº 18.663.401/0001-97 torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **Aquisição de 02 (dois) veículos automotores do tipo hatch, zero km, cor branca, ano/modelo 2026 ou superior para a Secretaria Municipal de Saúde e 01 (uma) viatura do tipo caminhonete destinada à Divisão Municipal de Trânsito do Município de Guaxupé/MG**, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo II deste edital.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus documentos complementares.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 com as alterações da Lei Complementar nº. 147, de 07 de agosto de 2014.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

2.6.1. Empresa que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.3. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão Da ata de registro de preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.5. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante; A vedação de que trata este item 2.6.3 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da ata de registro de preços agente público do órgão ou entidade contratante,

2.6.10. O impedimento de que trata o item **2.6.3** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela

aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6.11. Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

2.6.12. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.7. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

2.8. As empresas sob recuperação judicial que vierem a participar do certame deverão apresentar, no envelope de habilitação, seu plano de recuperação judicial homologado em juízo, na forma do original ou autenticado em cartório ou ainda cópia acompanhada do original para autenticação na sessão.

2.8.1. As empresas sob recuperação judicial que não apresentarem, na sua habilitação, seu plano de recuperação judicial homologado em juízo serão inabilitadas.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

3.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.ammlicita.org.br).

3.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Guaxupé, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

3.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.5. A participação na licitação dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecidos.

3.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, CONFORME SEGUE:

4.1. No cadastramento da proposta inicial, o licitante DECLARARÁ, em campo próprio do sistema, que:

I. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

II. Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

III. Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

IV. Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

V. Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

VI. Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

VII. Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

VIII. Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

IX. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos e cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.2. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá formular sua proposta comercial na Plataforma de Licitações da Licitar Digital mediante o **preenchimento, no sistema eletrônico**, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor (em reais) do(s) ITEM(NS) ofertado(s).

5.1.2. Marca(s) do(s) item(ns) ofertado(s), sendo uma única marca para cada item ofertado.

5.1.2.1. A oferta de mais de uma marca para um item, levará à exclusão do mesmo da disputa.

5.1.2.2. Quando o licitante for o fabricante do item ofertado, ainda assim o mesmo deverá apresentar a marca do produto, pois tal indicação por si só não é suficiente para identificar o participante visto que o item poderá estar sendo oferecido por um revendedor e não necessariamente pelo próprio fabricante. Desta forma, a licitante não poderá sofrer a sanção prevista no item 6.3 deste edital.

5.1.3. Modelo(s) do(s) item(ns) ofertado(s), sendo um único modelo para cada item ofertado.

5.1.3.1. A oferta de mais de um modelo para um item, levará à exclusão do mesmo da disputa.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

5.4. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

5.5. O prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data inicial de abertura da sessão.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data de **06 de agosto de 2026, horário: 09:00**, na PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.ammlicita.org.br

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente responsável pela condução do certame e os licitantes.

6.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do objeto.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7.1. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

6.9. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. MODO DE DISPUTA ADOTADO: MODO ABERTO

6.11.1. Para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

6.11.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem 6.11.2, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente responsável pela condução do certame, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.6. Após o reinício previsto no item 6.11.5 os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos lances, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos pelo sistema dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Agente responsável pela condução do certame, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a

recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente responsável pela condução do certame persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente responsável pela condução do certame aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

6.18. EMPATE FICTO

6.18.1. Conforme estabelecido na Lei Complementar 123/2006, na etapa de lances poderá ocorrer o empate ficto, que se dará na seguinte situação:

6.18.1.1. NA MODALIDADE DE PREGÃO: Será considerado empate ficto quando o intervalo percentual entre as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte for de **até 5% (cinco por cento) superior** à proposta mais bem classificada, desde que tal proposta não seja oriunda de uma microempresa ou de uma empresa de pequeno porte.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, **obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada**, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem na situação de empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio automático, pela plataforma eletrônica, entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não ocorrerá empate ficto quando a empresa melhor colocada for microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do valor de referência ou inferior ao desconto mínimo (no caso de disputa por maior desconto) definido para a contratação, o Agente responsável pela condução do certame poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do valor de referência ou inferior ao desconto mínimo (no caso de disputa por maior desconto) definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20. ADEQUAÇÃO DA PROPOSTA

6.20.1. Quando o critério de julgamento NÃO for o de menor preço por item poderá ser necessária a readequação da proposta final da licitante vencedora para que os valores finais dos subitens que compõem o lote ou a planilha da proposta comercial da licitante fiquem ajustados para duas casas decimais.

6.20.2. O valor final readequado NÃO poderá ser superior ao valor final que sagrou a licitante vencedora, DEVENDO FICAR IGUAL OU ABAIXO DO MESMO.

6.20.3. O Agente responsável pela condução do certame solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada para adequação da proposta final, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.4. É facultado ao Agente responsável pela condução do certame prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, por solicitação da licitante ou de ofício pelo Agente responsável pela condução do certame, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Agente responsável pela condução do certame iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.22. Os lances levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade das empresas que os apresentaram, não lhes cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7. DA FASE DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente responsável pela condução do certame examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do valor em

relação ao previsto na pesquisa de mercado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar valor final superior ao fixado através da pesquisa de mercado, ou que apresentar valor manifestamente inexequível.

7.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5. O Agente responsável pela condução do certame poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo Agente responsável pela condução do certame por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente responsável pela condução do certame.

7.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente responsável pela condução do certame examinará a proposta ou lance subsequente e assim, sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8. Havendo necessidade, o Agente responsável pela condução do certame suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. O Agente responsável pela condução do certame deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10. Também nas hipóteses em que o Agente responsável pela condução do certame não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

8. JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente responsável pela condução do certame verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 e seus subitens deste edital.

8.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente responsável pela condução do certame verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente responsável pela condução do certame examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do valor ou desconto ofertado em relação ao estipulado através da pesquisa de mercado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar valor inexequível ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos técnicos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta e sua capacidade de realização do objeto.

9. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

9.1. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema eletrônico desde que não exista a necessidade de readequação.

9.2. Caso exista a necessidade de readequação, a mesma se dará nos moldes previstos no item 6.20. deste edital.

10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, no prazo máximo de 01 (uma) hora;

10.1.1. As documentações necessárias ao processo poderão ser assinadas digitalmente, nos termos da Lei Federal 14.063/2020.

10.2. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

10.3. O prazo previsto no item 10.1 poderá ser prorrogado por solicitação da licitante ou de ofício pelo Agente responsável pela condução do certame.

10.4. A habilitação será verificada após o encerramento da fase de julgamento da proposta, quando serão avaliados, nos documentos anexados pela licitante, o que se segue:

10.4.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.4.2. A descrição do objeto **não** permite alterações.

10.4.3. O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

10.4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4.6. Os documentos que compõem a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente responsável pela condução do certame e para acesso público após o encerramento da etapa de lances.

10.4.7. Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo Agente responsável pela condução do certame, prazo que será de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

10.4.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.4.8.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação pelo Agente responsável pela condução do certame, via sistema.

10.4.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.4.10. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente responsável pela condução do certame suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.

10.4.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.1.1. Registro comercial no caso de firma individual;

11.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

11.1.3. Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

11.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.5. Cópia de Documentos (RG e CPF) do(s) representante(s) legal (is) da empresa.

11.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

11.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

11.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

11.2.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

11.2.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, Cartão de Inscrição Estadual, (se houver);

11.2.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

11.2.6. Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

11.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT.

11.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.3.1. Atestado(s) emitido(s) e assinado(s) pelo representante legal da pessoa jurídica de direito público e/ou privado, em nome da licitante, comprovando a capacidade técnica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação, conforme descrito no Termo de Referência. Os atestados que não demonstrarem real capacitação técnica por fornecimento do objeto desta licitação ou fornecimento de objeto equivalente, levarão à inabilitação do concorrente. O(s) atestado(s) do fornecedor deverá ser em papel timbrado da empresa que está fornecendo o atestado, identificando

Assinado por 1 pessoa: BENEDITO RESENDE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://guaxupemg.1doc.com.br/verificacao/2F9E-5B02-1E4E-8538> e informe o código 2F9E-5B02-1E4E-8538

razão social, endereço completo, CNPJ e Inscrição Estadual (quando houver) da empresa e nome do titular que está atestando.

11.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.4.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.4.2. No caso de Certidão positiva de recuperação judicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

11.4.3. Balanço patrimonial e **demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, independentemente do seu enquadramento e do seu porte, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios e sendo também vedada a sua substituição por Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

11.4.3.1. O balanço deverá conter (a) a assinatura do contabilista e do representante legal (podem ser assinados digitalmente); (b) a indicação do número de páginas e número do livro e (c) prova de registro na junta comercial ou cartório (carimbo, etiqueta, chancela, código de registro), conforme o caso, nos termos da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

11.4.3.2. Para fins do item 11.4.3., as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado da ECD dos 2 (dois) últimos exercícios sociais contendo o Termo de Abertura e Encerramento, Demonstração de Resultado do Exercício e o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

11.4.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade com: (a) a assinatura do contabilista e do representante legal (podem ser assinados digitalmente); (b) a indicação do número de páginas e número do livro; e (c) prova de registro na junta comercial ou cartório (carimbo, etiqueta, chancela, código de registro), conforme o caso, nos termos da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

11.4.5. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Nota 01: A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação. Os documentos podem ser assinados digitalmente.

Nota 02: As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

12. DOS RECURSOS

12.1. O Agente responsável pela condução do certame declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de, no mínimo, (10) dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada.

12.2. A falta de manifestação imediata E MOTIVADA da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o Agente responsável pela condução do certame autorizado a adjudicar o objeto à LICITANTE VENCEDORA.

12.2.1. O ato de receber o recurso vai além de mero registro da intenção recursal e inclui, também, a análise superficial de seus pressupostos, evitando-se o prolongamento demasiado e infundado do certame. Tal é o entendimento do Acórdão nº 600/2011-P do Tribunal de Contas da União, ao se pronunciar sobre a admissibilidade do recurso administrativo.

12.2.2. O entendimento do TCU não afronta o direito à ampla defesa, pois a realização de um filtro de admissibilidade das pretensões recursais também está de acordo com o princípio da eficiência da atuação administrativa. Não se examina o mérito recursal, mas se perquire se os motivos consignados na intenção de recorrer possuem, em tese, um mínimo de plausibilidade para seu seguimento.

12.2.3. Embora a Nova Lei de Licitações não disponha como obrigatória a exposição da motivação na manifestação de intenção de recurso, a jurisprudência vem afirmando que a apresentação de intenção de recurso genérica, sem descrever minimamente a irregularidade cometida pelo Agente responsável pela condução do certame ou por empresa licitante, está em desacordo com o princípio da eficiência da atuação administrativa sendo que a exigência de motivação da intenção recursal pressupõe a indicação do ponto que deve ser revisto e dos dispositivos legais ou do edital infringidos.

12.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente responsável pela condução do certame verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.3.1. Nesse momento o Agente responsável pela condução do certame não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.3.2. O exame da admissibilidade do recurso administrativo foi atribuído ao Agente responsável pela condução do certame, ao passo que o exame de mérito - no caso de não haver o juízo de retratação por parte do Agente responsável pela condução do certame - constitui atribuição da autoridade superior.

12.3.3. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

12.4. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais LICITANTES, desde a apresentação do recurso, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- i. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- ii. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- iii. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- iv. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

14. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

14.1. Encerrado o procedimento licitatório e caso não seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório, o representante legal da empresa cuja proposta foi declarada vencedora será convocado via sistema eletrônico e/ou e-mail para firmar/assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta do contrato, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da convocação emitida pelo Setor Responsável, sob pena de decair do direito à contratação.

14.1.1. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.1.2. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o CONTRATANTE, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

14.2. Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item 14.1, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item “DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES” deste edital, reservando-se o CONTRATANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

15. DO CONTRATO

15.1. O contrato decorrente deste edital possuirá prazo de vigência e regras conforme especificados na minuta contratual (Anexo III) e conforme estabelecido na Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas sucessivas alterações posteriores.

15.2. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

15.3. Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, fica a mesma obrigada a apresentar na Secretaria de Administração do Município de Guaxupé cópia do ofício junto a Receita Federal com o respectivo comprovante de entrega e recebimento, comunicando à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra.

15.4. O prazo máximo para apresentação da cópia do ofício referido no item anterior é até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrer a assinatura do instrumento contratual.

16. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO.

16.1. DA ENTREGA

16.1.1. Início da execução do objeto: O prazo de entrega em até 60 (sessenta) dias, contatos a partir do recebimento do empenho, podendo este prazo ser prorrogado por igual período pela Prefeitura de Guaxupé desde que justificado expressamente pela empresa vencedora e aceito pelo Município, em remessa única, conforme indicado no Item 5. Subitem 5.1 – 5.1.1 e 5.1.1.1 do Termo de Referência, Anexo II do Edital.

16.2. DO LOCAL

16.2.1. Local da entrega do objeto: Os veículos/viatura deverão ser entregues na Sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, aos cuidados do Coordenador de Transportes Internos, Sr. Ednaldo Alves Barbosa, localizada na Avenida Presidente Tancredo Neves, 1.309, Jardim Vera Cruz, CEP 37832-276, no horário de expediente, qual seja, de segunda-feira a sexta-feira, das 07h às 11h00 e das 13h às 16h, conforme indicado no Item 5. Subitem 5.1 – 5.1.2 do Termo de Referência, Anexo II do Edital.

16.3. DA GARANTIA

16.3.1. A garantia será de acordo com o descrito no Item 05, Subitem 5.2. – 5.2.1., 5.2.2., 5.2.3. e 5.2.4 – do Termo de Referência, Anexo II do Edital.

16.4. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.4.1. A fiscalização da ata de registro de preço será realizada conforme estabelecido no subitem 6.9. e alíneas do Termo de Referência, Anexo II do Edital.

16.5. DO RECEBIMENTO

16.5.1. O recebimento será de acordo com descrito no Item 7. Subitens 7.1; 7.2; 7.3; 7.4 e 7.5 do Termo de Referência, Anexo II do Edital.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante aceite da entrega definitiva dos produtos, já deduzido o valor referente ao ISSQN, quando este seja devido no Município de Guaxupé/MG, além do valor referente aos demais tributos incidentes (Contribuições Sociais, IRT, etc.) quando a Lei determine a retenção, para efeito de cálculo de ISSQN.

17.1.1. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a prestação dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

17.1.2. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação da entrega definitiva dos produtos pela fiscalização do Município de Guaxupé e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

17.1.3. Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra legível, em nome do Município de Guaxupé, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

17.1.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as

medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Guaxupé.

17.2. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Guaxupé, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do INPC do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*" (proporcional do tempo), ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

17.3. O Município de Guaxupé, ao efetuar pagamento às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, está obrigado a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 2145, de 26 de junho de 2023.

17.3.1. Desta forma, a empresa deverá destacar a retenção do IR no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº 1.234, de 2012, alterada pela IN RFB n. 2.145, de 26 de junho de 2023, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal.

17.3.2. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados as pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, alterada pela IN RFB n. 2.145, de 26 de junho de 2023.

17.3.2.1. As empresas amparadas pela isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR, devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

17.4. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias:

Ficha 460 – Dotação 02.05.06.10.122.0052.1016.4.4.90.52.00 – Fonte de Recursos 1621 – Código de Aplicação 0000.

Ficha 460 – Dotação 02.05.06.10.122.0052.1016.4.4.90.52.00 – Fonte de Recursos 1500 – Código de Aplicação 1002.

Ficha 460 – Dotação 02.05.06.10.122.0052.1016.4.4.90.52.00 – Fonte de Recursos 1621 – Código de Aplicação 3210.

Ficha 460 – Dotação 02.05.06.10.122.0052.1016.4.4.90.52.00 – Fonte de Recursos 1500 – Código de Aplicação 1002.

Ficha 1179 – Dotação 02.11.02.26.782.0727.2432.4.4.90.52.00– Fonte de Recursos 1755 – Código de Aplicação 0000.

17.5. DO REAJUSTE DE PREÇOS

17.5.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado (§3º do art. 92 da Lei 14.133/2021), excetuadas as situações previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei 14.133/21.

17.5.2. O valor contratado será reajustado anualmente, na ausência de índice de reajuste específico, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

17.5.2.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do INPC.

17.5.2.1.1. O índice do INPC será calculado tendo por data-base a data do orçamento estimado para o objeto do certame.

17.5.2.1.2. O reajuste não incidirá sobre itens já executados pelo contratado, em nenhuma hipótese e terá como base de incidência a data da apresentação da proposta de preços nesta licitação (Art. 135, § 3º, Lei 14.133/2021).

17.5.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.5.3.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.5.4. O reajuste de preços somente poderá ser concedido após o décimo segundo mês de vigência contratual

17.5.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5.6. Nos casos em que a vigência contratual seja prorrogada por prazo superior a 12 (doze) meses, os preços contratados poderão ser reajustados com base nas determinações do item 3 e subitens.

Assinado por 1 pessoa: BENEDITO RESENDE NETO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://guaxupemg.1doc.com.br/verificacao/2F9E-5B02-1E4E-8538> e informe o código 2F9E-5B02-1E4E-8538

17.5.7. Registros que não caracterizam alteração da ata de registro de preço podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos na própria ata de registro de preços;

II - Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas na ata de registro de preços;

III - Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - Empenho de dotações orçamentárias.

17.6. DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

17.6.1. Verificada ocorrência das hipóteses previstas no artigo 124, II, “d”, da Lei 14.133/21, proceder-se-á ao reequilíbrio dos preços contratados, mediante expressa e formal solicitação fundamentada do contratado.

17.6.1.1. A solicitação do contratado deverá:

a) indicar a data de ocorrência de fato superveniente e demonstração de sua repercussão sobre a equação econômico-financeira originalmente registrada ou contratada;

b) apresentar memória de cálculo, planilha comparativa entre os custos originalmente considerados e os custos supervenientes, documentos fiscais, notas fiscais, convenções coletivas, comprovantes oficiais, tabelas, pesquisas de mercado ou outros elementos técnicos idôneos, conforme a natureza do fato invocado.

17.6.1.2. O pedido será submetido à análise técnica do setor competente da Prefeitura de Guaxupé/MG, que deverá avaliar a pertinência da justificativa, a suficiência da documentação apresentada, a compatibilidade dos valores pleiteados com o mercado e a efetiva demonstração do impacto econômico-financeiro;

17.6.1.3. O setor competente da Prefeitura de Guaxupé/MG poderá solicitar documentos complementares, realizar diligências, pesquisa de preços de mercado, consultar bases oficiais e negociar com a detentora da Ata ou contratada, a fim de preservar a vantajosidade e o interesse público;

17.6.1.4. A mera variação ordinária de preços de mercado, oscilação previsível de custos, erro na formulação da proposta, ausência de previsão de encargos, tributos, salários, benefícios, despesas operacionais, logística, alimentação, transporte, hospedagem, treinamento, regularização perante órgãos competentes ou demais custos inerentes à execução regular do objeto não caracterizam, por si sós, hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro.

17.6.2. Não será concedido reequilíbrio de preços de itens já executados pelo contratado, em nenhuma hipótese. O reequilíbrio de preços será apenas dos itens a serem executados na data da solicitação.

17.6.3. O reequilíbrio de que trata o item **17.6.1** poderá ser solicitado pela área técnica, ou pela contratada, mediante apresentação de justificativa que comprove a necessidade, cuja autorização deve emanar da autoridade competente.

17.6.4. Indeferido o pedido, a recusa injustificada da detentora da Ata ou contratada em executar o objeto nas condições registradas ou contratadas poderá ensejar cancelamento do preço registrado, convocação de licitante remanescente, rescisão do ajuste, quando houver, e aplicação das sanções administrativas cabíveis;

17.6.5. A oferta de preço inexequível, ratificada pela proponente, é de inteira responsabilidade da mesma, e não caracteriza a álea econômica extraordinária e extracontratual exigida pelo art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei 14.133/21. Portanto, não é fundamento para pedido de reequilíbrio econômico-financeiro da ata de registro de preços.

17.6.6. A administração se reserva ao direito de corrigir eventuais inconsistências em remissões internas da minuta da Ata de Registro de Preços, especialmente se houver referência equivocada a item diverso daquele que disciplina o reequilíbrio econômico-financeiro.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, conforme estabelecido na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 2895/2024, que regulamenta a Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), pelas seguintes infrações:

18.1.1. Dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços;

18.1.2. Dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. Dar causa à inexecução total da ata de registro de preços;

18.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.6. Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 18.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 18.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro de preços;
- 18.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;
- 18.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 18.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 18.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 18.2.1.** advertência;
- 18.2.2.** multas;
- 18.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 18.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 18.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 18.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 18.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 18.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 18.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa prevista no item 18.2.2 não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da ata de registro de preços licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.1 e seus subitens.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência de infrações administrativas previstas nos itens 18.1.2, 18.1.3, 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6 e 18.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá, no caso de ocorrências mais graves, ser pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme previsto no §5º do Artigo 156 da Lei 14.133 de 2021.

18.7. A sanção prevista de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.8, 18.1.9, 18.1.10, 18.1.11 e 18.1.12 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.2, 18.1.3, 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6 e 18.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no item 18.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.8. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.10 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Conforme Artigo 164 da Lei 14.133/2021 (NLLCA): “Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para **solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame**”.

19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados na PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL (www.ammlicita.org.br) em campos próprios disponíveis para estes tópicos.

19.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente responsável pela condução do certame nos autos do processo de licitação.

19.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente responsável pela condução do certame.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **www.ammlicita.org.br**

20.11. Este Instrumento Convocatório é parte integrante da ata de registro de preços

20.12. O andamento da licitação poderá ser acompanhado através do Portal Eletrônico **www.ammlicita.org.br**.

20.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.13.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Secretaria solicitante;

20.13.2. ANEXO II – Termo de Referência elaborado pela Secretaria solicitante;

20.13.3. ANEXO III – Minuta da ata de registro de preços.

Guaxupé/MG, 23 de julho de 2026.

Benedito Resende Neto
Secretário Municipal de Administração



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2F9E-5B02-1E4E-8538

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BENEDITO RESENDE NETO (CPF 079.XXX.XXX-47) em 24/07/2026 06:39:59 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://guaxupemg.1doc.com.br/verificacao/2F9E-5B02-1E4E-8538>

ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

PREGÃO Nº 055/2026
FORMA DE REALIZAÇÃO: ELETRÔNICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. Órgão Requisitante:

Secretaria Municipal de Obras e Serviços

2. Descrição da necessidade:

A Secretaria Municipal de Saúde necessita da aquisição de 02 (dois) veículos automotores, zero km, do tipo hatch, cor branca, ano/modelo 2026 ou superior, destinados ao fortalecimento da estrutura logística e operacional da rede municipal de saúde, visando assegurar maior eficiência, segurança e continuidade na prestação dos serviços públicos de saúde à população do Município de Guaxupé-MG.

A aquisição será realizada com recursos provenientes da **Resolução SES nº 11.042, de 22 de abril de 2026**, e da **Resolução SES nº 11.382, de 17 de junho de 2026**, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, que destinam recursos financeiros aos municípios para o fortalecimento da assistência à saúde e da infraestrutura necessária à execução das ações e serviços do Sistema Único de Saúde – SUS.

Os veículos serão utilizados no apoio às atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, incluindo o deslocamento de equipes multiprofissionais, transporte de servidores para ações de saúde, visitas técnicas, atividades administrativas, acompanhamento de programas e projetos, bem como o atendimento às demandas operacionais e de assistência das unidades de saúde, garantindo maior agilidade, eficiência e economicidade na execução dos serviços.

A necessidade da contratação decorre da ampliação das demandas operacionais e assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde, aliada ao desgaste natural da frota existente, decorrente do uso contínuo e da elevada quilometragem percorrida. Tal cenário compromete a disponibilidade dos veículos, aumenta os custos de manutenção e pode ocasionar interrupções na execução das atividades essenciais, impactando diretamente a qualidade e a continuidade dos serviços prestados à população.

A aquisição de veículos novos proporcionará maior confiabilidade operacional, redução dos custos com manutenção corretiva, aumento da disponibilidade da frota, melhoria das condições de segurança para motoristas e passageiros, além de contribuir para a eficiência da gestão pública, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e plenamente justificada, considerando a necessidade de fortalecimento da capacidade operacional da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo melhores condições para o desenvolvimento das ações de saúde pública e assegurando atendimento adequado às demandas da população, em conformidade com os objetivos estabelecidos pelas Resoluções SES nº 11.042/2026 e nº 11.382/2026.

No que concerne a Divisão Municipal de Trânsito que necessita da aquisição de uma viatura do tipo caminhonete para o adequado desempenho de suas atividades operacionais, que abrangem ações de fiscalização de trânsito, atendimento de ocorrências, apoio à sinalização viária e deslocamento das equipes em todo o território municipal.

Atualmente, o setor dispõe de apenas uma viatura do tipo caminhonete em condições de uso, sendo um veículo de menor porte e com elevado tempo de utilização, o que limita a capacidade operacional da equipe e compromete a eficiência na execução das atividades institucionais. Tal limitação torna-se ainda mais relevante diante da previsão de ampliação do efetivo da Divisão Municipal de Trânsito, em razão das futuras nomeações oriundas do Concurso Público nº 01/2023, o que acarretará aumento da demanda por deslocamentos, fiscalização e atendimento de ocorrências.

A insuficiência da frota disponível dificulta a adequada distribuição das equipes em campo, reduz a capacidade de resposta às demandas da população e pode comprometer a continuidade dos serviços públicos, especialmente em situações que exijam atuação simultânea em diferentes pontos do município.

Ressalta-se, ainda, que parte das atividades operacionais de fiscalização de trânsito pode ser impactada por condições climáticas adversas, especialmente em períodos de chuvas intensas, os

quais comprometem a utilização de motocicletas e demais meios de deslocamento de menor proteção operacional. Nesses cenários, a disponibilidade de viatura tipo caminhonete mostra-se essencial para garantir a continuidade das ações, a segurança dos agentes e a efetividade do serviço público.

Cumprir destacar que o Município de Guaxupé integra o Sistema Nacional de Trânsito – SNT, exercendo as competências previstas nos artigos 21 e 24 da Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), especialmente no que se refere ao planejamento, operação, fiscalização e controle do trânsito em vias sob sua circunscrição.

Para o adequado cumprimento dessas atribuições legais, é indispensável estrutura operacional compatível com a demanda existente, incluindo viaturas adequadas ao deslocamento das equipes e ao suporte das ações de fiscalização e atendimento.

Dessa forma, a presente demanda visa suprir necessidade de ampliação e reforço da estrutura operacional da Divisão Municipal de Trânsito, proporcionando maior eficiência, segurança e agilidade na execução das atividades, bem como garantindo condições adequadas para atendimento das demandas atuais e futuras do serviço público.

3. Descrição da Solução como um todo:

A decisão na escolha por este modelo de contratação considera as vantagens decorrentes da melhoria da gestão das despesas, gerando expectativas de redução de custos que envolvam a realização de serviços necessários para a municipalidade. Tendo em base os princípios da eficiência e economicidade na administração pública, buscam adequar menores custos aos meios para os cofres públicos, demonstrado a justificativa da aquisição de 02 (dois) veículos automotores do tipo hatch, zero km, cor branca, ano/modelo 2026 ou superior para a Secretaria de Saúde.

A aquisição de uma viatura tipo caminhonete para a Divisão Municipal de Trânsito constitui a solução adequada para mitigação da limitação atualmente existente na frota operacional, a qual impacta diretamente a capacidade de deslocamento, a resposta às demandas de fiscalização e o apoio às atividades de sinalização viária e atendimento de ocorrências.

Com a disponibilização do referido veículo, espera-se a ampliação da capacidade operacional da equipe, possibilitando maior cobertura territorial, melhor distribuição das ações em campo e resposta mais ágil às demandas da população.

A escolha do veículo do tipo caminhonete se justifica pela necessidade de adequado transporte de materiais operacionais utilizados nas atividades de trânsito, tais como cones, cavaletes, barreiras e placas de sinalização, contribuindo para maior organização, eficiência e segurança das operações.

Sob a ótica da efetividade, a solução permitirá a ampliação e consequente continuidade dos serviços públicos, especialmente em situações que demandem atuação simultânea em diferentes pontos do município ou em condições climáticas adversas, nas quais meios alternativos de deslocamento apresentam limitações operacionais relevantes.

No aspecto da economicidade, a adoção de veículo adequado à finalidade operacional tende a reduzir custos indiretos decorrentes de deslocamentos ineficientes, retrabalho operacional e necessidade de readequação logística de equipes, além de contribuir para melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais já disponíveis.

Sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, a utilização de veículo adequado à finalidade institucional contribui para a racionalização do uso da frota existente, evitando sobrecarga de veículos, prolongando sua vida útil e reduzindo a necessidade de substituições prematuras, com consequente otimização do uso de recursos públicos.

3.1. As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos do objeto da contratação, foram definidos por este setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, do qual está identificado no final e aprova o presente instrumento e seus anexos.

3.3. Para a melhor consecução do interesse público a contratada deverá atender as seguintes exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica: Garantia total dos veículos de 12 meses sem limite de quilometragem.

4. Requisitos da contratação:

4.1. Não será exigida marca, modelo ou fabricante específico do veículo ou dos equipamentos, devendo todos os bens ofertados serem novos, de primeiro uso, não sendo admitidos veículos ou equipamentos usados, reconicionados ou remanufaturados.

4.2. Descrição e especificações do objeto:

4.2.1. VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO HATCH, ZERO KM, COR BRANCA

- Ano/modelo 2026 ou superior;
- Veículo zero quilômetro;
- Cor branca;
- Motorização mínima de 1.0 ou superior de mínimo 3 cilindros;
- Motor flex (gasolina e etanol);
- Potência mínima de 75 cv;
- Capacidade para 05 (cinco) ocupantes, incluindo o motorista;
- Carroceria hatch;
- 05 (cinco) portas, sendo quatro laterais e uma traseira;
- Distância entre eixos mínima de 2.370 mm;
- Porta-malas com capacidade mínima de 257 litros;
- Tanque de combustível com capacidade mínima de 44 litros;
- Tração dianteira;
- Transmissão manual de no mínimo de 05 (cinco) marchas à frente e 01 (uma) à ré, ou automático;
- Direção elétrica, eletro-hidráulica ou hidráulica;
- Ar-condicionado original de fábrica;
- Vidros elétricos nas duas portas dianteiras;
- Travas elétricas nas quatro portas;
- Alarme antifurto;
- Sistema de travamento remoto por chave ou controle;

- Banco do motorista com regulagem de altura;
- Volante com regulagem de altura;
- Apoios de cabeça para todos os ocupantes;
- Cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes, conforme legislação vigente;
- Computador de bordo;
- Sistema multimídia ou central de áudio original de fábrica com, no mínimo:
 - Rádio AM/FM;
 - Conexão Bluetooth;
 - Entrada USB;
- Desembaçador do vidro traseiro;
- Limpador e lavador do vidro traseiro;
- Airbags frontais para motorista e passageiro;
- Sistema de freios ABS com EBD;
- Controle eletrônico de estabilidade (ESC);
- Controle eletrônico de tração (TCS), quando integrado ao sistema do fabricante;
- Assistente de partida em rampa, quando integrante da versão ofertada;
- Equipado com todos os itens obrigatórios previstos na legislação de trânsito vigente;
- Tapetes de borracha;
- Protetor de cárter;
- Calhas de chuva instaladas em todas as portas;
- Película de controle solar (insulfilm) instalada em conformidade com a regulamentação do CONTRAN;
- Bancos revestidos em couro ecológico (courvin), original de fábrica ou instalado pela contratada antes da entrega dos veículos;
- Assoalho revestido com material impermeável de alta resistência, em couro ecológico (courvin) ou material equivalente de igual ou superior durabilidade;
- Chave reserva;
- Manual do proprietário em língua portuguesa;
- Garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, ou a garantia oferecida pelo fabricante, prevalecendo a que for maior.

4.2.2. VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMINHONETE, ZERO KM, COR BRANCA, CABINE DUPLA, ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR.

- Fabricação nacional;
- Capacidade 5 passageiros;
- Com no mínimo 4 portas;
- Cinto de segurança de 3 pontos;
- Motorização mínima 1.2;
- Com potência mínima de 90 cv;
- Câmbio automático de no mínimo 6 velocidades, sendo 5 marchas de avanço e 1 Marcha ré;
- Motor flex/bicombustível: álcool e gasolina;
- Direção no mínimo: hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica;
- Ar condicionado;
- Alarme antifurto, chave canivete com travamento das portas;
- Retrovisor elétrico;
- Sistema de multimídia com bluetooth, som automotivo com entrada USB e Radio FM;
- Travas elétricas em todas as portas;
- Vidros elétricos nas portas;
- Farol de neblina;
- Airbag para motorista e passageiro;
- Sistema de frenagem no mínimo com freios a disco abs e ebd;
- Bancos dianteiros e traseiros com revestimento em tecido sintético/ecológico ou couro;
- Calhas de chuva de material resistente nas portas;
- Insulfilme nos vidros conforme regulação do CONTRAN;
- Equipado com todos os itens de segurança obrigatórios conforme legislação em vigor;
- Tapetes de borracha, estepe, macaco, chave de rodas, triangulo de sinalização;
- Chave reserva e manual do proprietário;
- Garantia mínima de 12 meses.

Caracterização: Envelopamento digital com arte e padrões utilizados pela Dimutran (Divisão Municipal de Trânsito da Prefeitura Municipal de Guaxupé - MG)

Acessórios adicionais:

- Estribo lateral;
- Santo Antônio;
- Engate reboque elétrico traseiro;
- Protetor de caçamba;
- Quebra mato com protetor de faróis.

b) CONJUNTO DE SINALIZADOR ACÚSTICO VISUAL

- **Sinalizador luminoso** em formato de arco, que permite total visualização em um ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos de luminosidade.
- Injetado em módulo único de policarbonato resistente a impactos e descolorização com tratamento UV", sendo a tampa e a base injetados em lente inteiriça, base em alumínio extrudado de alta resistência mecânica.

Sinalização óptica:

- Composto por 14 blocos óticos de 4 LED's com potência de 1 Wats cada com intensidade luminosa de no mínimo 40 lumens, dotado de lente colimadora confeccionada em policarbonato óptico com resistência automotiva e alta visibilidade.
- Dotado de luz de beco de 50 Wats, sendo 01 (uma) em cada lateral.
- Controlado por central única com micro processador que permite a geração de lampejos luminosos de altíssima frequência - superiores a 450 flashes por minuto.
- O circuito eletrônico gerencia a corrente elétrica aplicada nos LED's através de PWM (pulse Width Modulador), o PWM garante também a intensidade luminosa dos LED's, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos LED's.
- O consumo máximo da barra nas funções LED's, excluídas as luzes de beco não ultrapassa 7 A.
- O sistema possui ainda cinco efeitos luminosos que caracterizem o veículo em patrulhamento, em emergência, e direção (direita, esquerda e central), os quais são acionados separadamente.
- O sistema de controle dos sinalizadores visual e acústico é único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas (acústico e visual).
- Pode ser instalado em local específico quando este for solicitado (console) ou no local originalmente destinado à instalação de rádio possibilitando sua operação por ambos os

ocupantes de cabine.

- O equipamento possui sistema de gerenciamento de carga automática, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado, desligando o sinalizador s necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor.

Sinalização acústica:

- Amplificador de 100 W RMS de potência, 13,8Vcc e 4 ou 6 tons distintos, reposta de frequência de 300 a 3000 Hz e pressão sonora a 01 (um) metro de 120 dB 13,8 Vcc, com driver instalado na parte interna do sinalizador, com corneta única em formato "U" de dupla saída na parte inferior do sinalizador.
- Sistema de megafone com ajuste de ganho, e potência de no mínimo 30 W RMS, com interligação auxiliar de áudio com a rádio transceptor.

GARANTIA: Garantia mínima de 12 (doze) meses.

4.3. A empresa contratada deverá entregar os veículos solicitados em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento dos empenhos), podendo este prazo ser prorrogado por igual período pela Prefeitura de Guaxupé desde que justificado expressamente pela empresa vencedora e aceito pelo Município, no seguinte endereço: Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 1309, Jardim Vera Cruz.

4.4. Os veículos deverão ser entregues com emplacamento, licenciamento e seguro obrigatório pagos e documentação em nome do Município de Guaxupé;

4.5. Os veículos deverão ser entregues com seguro de auto contra acidentes, danos materiais e pessoais a terceiros, com serviço de socorro, guincho e taxi sem limite de quilometragem válido por 01 (um) ano a partir da data de entrega dos veículos.

4.5.1. Justificamos a necessidade da aquisição dos veículos com seguro veicular e emplacamento, considerando ser essencial para atender diversas necessidades operacionais e logísticas da Secretaria Municipal de Saúde e da Divisão Municipal de Trânsito - DIMUTRAN da Prefeitura de Guaxupé-MG, pois os veículos sendo entregues com as exigências acima os envolvidos não

precisaram esperar por um processo de contratação de seguro e emplacamento, bem como não onerará a atual licitação vigente de seguro.

Os veículos, dependendo de um processo de contratação ou de um termo aditivo ao contrato atual de seguro, ficarão parados, impedidos de prestar os serviços necessários para a Secretaria Municipal de Saúde e Divisão Municipal de Trânsito - DIMUTRAN. Esta situação não é ideal, pois compromete a eficiência e a continuidade das atividades essenciais dos envolvidos.

Neste prisma não há ilegalidade na aquisição de veículos com seguro, pois as cotações de mercado que balizarão o preço médio da licitação tiveram essa informação e haverá dispositivo no edital que informará a exigência. Ressaltamos que há uma razão para a lei dispor sobre os prazos para publicação: possibilitar aos concorrentes que conheçam as condições e exigências do edital e possam se preparar de maneira equânime para o certame.

Posto isso, entendemos, que como há prática no mercado de venda de veículos com seguro, muitas concessionárias, se não, todas têm vínculo com seguradoras que possibilitam, caso seja de interesse do cliente, adquirir o veículo já segurado. Portanto, não vemos nenhum óbice à contratação de veículos com seguro em relação a esse aspecto abordado, pois os licitantes pretendentes terão que prever a realização do seguro que venderão, sabendo os critérios com a antecedência prevista em lei e prevendo os custos conforme o Edital possibilita.

Outro fator preponderante seria o fato de as Seguradoras não conseguirem realizar cotações de preços para seguro veicular simplesmente com as especificações contidas neste documento ou tão somente marca e modelo do veículo, vale ressaltar que informações como a placa e o número chassi são imprescindíveis para Seguradoras conseguirem ofertar seus preços condizentes e praticados no mercado.

A empresa contratada deverá demonstrar o cumprimento de todos os requisitos presente no descritivo dos veículos, uma vez que não deverá ser recebido em desacordo com o descritivo constante no Termo de Referência.

4.5. Sustentabilidade

4.5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos exigidos neste tópico.

4.5.2. A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente.

4.5.3. Com relação aos critérios de sustentabilidade, os produtos deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível, tecnologias e materiais ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais.

4.5.4. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos originados da fabricação dos bens contratados:

4.5.4.1. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

4.5.4.2. Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

4.5.4.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e outras formas vedadas pelo Poder Público.

5. Levantamento de mercado:

5.1. O levantamento de mercado foi realizado por meio de cotação com fornecedores regionais, visando minimizar o esforço logístico necessário para sua execução, observa-se uma ampla gama de fornecedores especializados e após a realização do mesmo para a aquisição deste optou-se pelo menor valor para aquisição dos veículos hatch, descartando os valores maiores, e o valor médio para aquisição da viatura, salvaguardando assim o erário público.

5.2. Após levantamento identificamos outras possíveis solução no mercado para o problema apresentado conforme abaixo:

5.2.1. O transporte de passageiros poderá ser realizado nas seguintes modelagens:

5.2.1.1. Descrição da Solução 1: Aquisição de veículos: O veículo será incorporado à frota do Município, cabendo a esta a responsabilidade pela gestão do abastecimento e da manutenção corretiva e preventiva.

5.2.1.2. Descrição da Solução 2: Locação de veículos (com ou sem motorista): O serviço consiste na disponibilização de veículos pela empresa contratada, a qual se responsabiliza pela manutenção de cada veículo disponibilizado, pela gestão da documentação pertinente e pela substituição dos veículos. A modelagem inclui franquia mensal e valor por km rodado, ou quilometragem livre. Nesse modelo a gestão do abastecimento dos veículos locados cabe a Prefeitura.

5.2.1.3. Descrição da Solução 3: Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede (STIP): Serviço remunerado de transporte de passageiros, não aberto ao público, para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede. A contratada (operadora de STIP) seria uma empresa de tecnologia que não presta serviços de transporte, mas sim de intermediação. Os motoristas parceiros são prestadores de serviço de transporte individual privado. Atuam de maneira independente e autônoma e contratam os serviços de intermediação digital, prestados pela empresa de tecnologia. A operadora de STIP apresenta, em geral, modelo de preço dinâmico que pode variar de modo a equilibrar a oferta e a demanda em cada momento. Assim, não se determinam preços fixos por quilômetro. Os usuários passam a conhecer o preço a praticar no momento da viagem, mediante consulta ao aplicativo. Os motoristas cadastrados não são funcionários das empresas operadoras de STIP, não havendo garantia de que cumpram regras de conduta profissional. Portanto, não podem as operadoras, em virtude da falta de ingerência, ser responsabilizadas por condutas ilegais eventualmente praticadas pelos motoristas

5.3. DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO:

A análise das opções oferecidas pelo mercado, conforme elencado no item 5.2, leva em consideração o preenchimento dos requisitos de conforto e segurança adequados ao deslocamento de fiscais ambientais, usuários e servidores públicos.

Reconhece-se as vantagens de cada modelagem em relação a deslocamentos específicos, presumindo-se que a melhor solução para as necessidades de transporte do órgão baseia-se num modelo híbrido formado pelas soluções identificadas.

Particularmente no transporte de servidores, faz-se necessários cuidados especiais com a segurança física dessas pessoas. Por esse motivo, é recomendável evitar a utilização de serviços que não possam contar com os requisitos de condução, como é o caso de Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede (STIP).

A locação de veículos representa, em regra, solução viável por evitar contratações correlatas relacionadas à gestão de manutenções corretivas e preventivas dos veículos.

Entretanto, a dimensão da necessidade em estudo representa apenas pequena parcela das necessidades totais do órgão, atualmente atendidas pela Frota Municipal Oficial. Nesse viés, as contratações correlatas relativas à frota oficial vigentes ainda serão requeridas nos próximos anos.

Outro fator extremamente importante é que as aquisições dos veículos para a Secretaria Municipal de Saúde serão realizadas com recursos provenientes do Governo Estadual. Esses recursos são especificamente destinados aos Municípios para essa finalidade, ou seja, a aquisição de veículos.

No que se refere à aquisição de uma viatura destinada à Divisão Municipal de Trânsito – DIMUTRAN, faz-se necessária a definição de características e especificações técnicas próprias, compatíveis com as atribuições e necessidades operacionais da unidade, de modo a assegurar que o veículo atenda às atividades de fiscalização, monitoramento e apoio às ações de trânsito desenvolvidas pelo Município.

Das propostas recebidas, observou-se a indicação do veículo Fiat Strada Volcano como referência de atendimento às especificações funcionais apresentadas, não havendo, contudo, vinculação a marca ou modelo específico, sendo tal informação utilizada exclusivamente como parâmetro de mercado.

Adicionalmente, foram analisadas contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, verificando-se que a solução adotada neste estudo é compatível com as práticas usuais de mercado para atendimento de demandas operacionais semelhantes.

Dessa forma, conclui-se que a solução proposta encontra-se alinhada às práticas de mercado e às contratações usualmente realizadas pela Administração Pública para a mesma finalidade.

Para tanto, a aquisição dos veículos novos agregará garantia contratual geralmente de 1 (um) a 3 (três) anos, prazo em que os custos de manutenção com os veículos e equipamentos serão quase integralmente suprimidos. Além disso, prescindirá de novas contratações correlatas para a gestão, podendo utilizar os atuais contratos à disposição da Frota.

Ainda mais relevante é que, em qualquer panorama de contratações, o órgão haverá de contar com carros oficiais. Acontece que existem veículos da frota atual que se encontra bastante envelhecidos e a aquisição do veículo aqui pretendido se torna extremamente necessária e importante.

Assim é imprescindível a renovação, pelo menos parcial da frota, o que poderá ser providenciado pelas aquisições dos veículos novos, conforme propõe este estudo.

A caracterização dos veículos foi estabelecida com base na experiência de aquisições anteriores e na busca de padronização das características da frota do Município de Guaxupé, visando à maior vantajosidade econômica – custo/benefício (economia de combustíveis, menores gastos com manutenção preventiva e corretiva, etc.).

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Veículos automotores do tipo HATCH, zero km, cor branca, ano/modelo 2026 ou superior.	UN	02

2	VEICULOS DIVERSOS: Veículo automotor tipo Caminhonete, zero km, cor branca, cabine dupla, Ano/Modelo 2026 ou superior. Incluso conjunto de sinalizador acústico visual e envelopamento digital com arte e padrões utilizados pela DIMUTRAN.	UN	01
---	--	----	----

6.1. O dimensionamento do quantitativo foi obtido com base nas necessidades de serviços das Secretarias Municipal de Saúde, considerando a RESOLUÇÃO SES Nº 11.042, 22 DE ABRIL DE 2026 e a RESOLUÇÃO SES Nº 11.382, 17 DE JUNHO DE 2026, bem como atividades de fiscalização, monitoramento e apoio às ações de trânsito desenvolvidas pelo Divisão Municipal de Trânsito – DIMUTRAN.

7. Orçamento Estimado:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Veículos automotores do tipo HATCH, zero km, cor branca, ano/modelo 2026 ou superior.	UN	2	R\$ 95.000,00	R\$ 190.000,00
2	VEICULOS DIVERSOS: Veículo automotor tipo Caminhonete, zero km, cor branca, cabine dupla, Ano/Modelo 2026 ou superior. Incluso conjunto de sinalizador acústico visual e envelopamento digital com arte e padrões utilizados pela DIMUTRAN.	UN	1	R\$ 163.633,33	R\$ 163.633,33
VALOR GLOBAL ESTIMADO					R\$ 353.633,33

7.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 353.633,33 (Trezentos e cinquenta e três mil seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

7.2. O valor estimado da contratação foi elaborado seguindo as regras previstas no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, acompanhados dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, os quais foram utilizados para elaboração do orçamento estimativo.

8. Justificativa para o parcelamento ou não da solução:

8.1. Nos termos do §2º, inciso II e III do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, levando em consideração o mercado fornecedor, a viabilidade técnica e econômica do parcelamento, a inexistência de perda de escala, melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, conclui-se pela necessidade da Administração em adotar a licitação POR ITENS na aquisição do objeto.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

9.1. Entendemos haver para o objeto em questão a previsão de contratações correlatas conforme cláusula seguinte:

9.2. Existem contratações em andamento que venham fazer correlação com o objeto pretendido. Da mesma forma, por já possuir veículos do mesmo tipo da aquisição pretendida, o Município consta com diversas contratações para viabilizar a aquisição deste bem, como, contratação da prestação de serviços de administração e gerenciamento de fornecimento de combustíveis, pneus e de peças para reposição, bem manutenção preventiva e corretiva da Frota, Contrato nº 122/2026, Pregão Eletrônico nº 022/2026, Processo Administrativo nº 108/2026, além de possuir em sua rede de servidores e motoristas capacitados para utilização dos veículos.

10. Alinhamento entre a contratação e o planejamento:

10.1. A contratação pretendida está alinhada com o Planejamento 2026, prevista no plano de contratações anual 2026, sequencial nº. 360 para a aquisição de 01 (uma) viatura do tipo caminhonete destinada à Divisão Municipal de Trânsito e sequencial nº. 501 para a aquisição de 02 (dois) veículos automotores, zero km, do tipo hatch, cor branca, ano/modelo 2026 ou superior para a Secretaria Municipal de Saúde.

11. Conclusão

Baseando-me nos estudos preliminares realizados no âmbito desta Secretaria, nos termos do art. 18, § 1º, XIII da Lei 14.133/2021, declaro expressamente a viabilidade e razoabilidade da contratação.

Guaxupé, 15 de julho de 2026

JOSÉ LUIZ RIBEIRO
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS

BARBARA ROMANELLI DE FARIA
COORDENADORA DE SERVIÇOS
ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

MARCOS ROBERTO DA CUNHA
COORDENADOR DE LOUGADOUROS

EDNALDO ALVES BARBOSA
COORDENADOR DE TRANSPORTES
INTERNOS



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1B66-C2CC-9576-A647

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **MARCOS ROBERTO DA CUNHA** (CPF 002.XXX.XXX-61) em 15/07/2026 10:57:26 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **JOSÉ LUIZ RIBEIRO** (CPF 353.XXX.XXX-34) em 15/07/2026 11:18:12 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **BÁRBARA ROMANELLI DE FARIA** (CPF 303.XXX.XXX-07) em 15/07/2026 11:19:36 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **EDNALDO ALVES BARBOSA** (CPF 068.XXX.XXX-45) em 15/07/2026 11:22:04 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://guaxupemg.1doc.com.br/verificacao/1B66-C2CC-9576-A647>

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO Nº 055/2026
FORMA DE REALIZAÇÃO: ELETRÔNICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2026



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

O Município de Guaxupé, sediado na Avenida Conde Ribeiro do Valle nº 68, Centro, Guaxupé-MG, torna público que **realizará** Pregão na modalidade eletrônica, com critério de julgamento menor preço, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 02 (dois) veículos automotores do tipo hatch, zero km, cor branca, ano/modelo 2026 ou superior para a Secretaria Municipal de Saúde e 01 (uma) viatura do tipo caminhonete destinada à Divisão Municipal de Trânsito, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Veículos automotores do tipo HATCH, zero km, cor branca, ano/modelo 2026 ou superior.	Unidade	02	R\$ 95.000,00	R\$ 190.000,00
2	VEICULOS DIVERSOS: Veículo automotor tipo Caminhonete, zero km, cor branca, cabine dupla, Ano/Modelo 2026 ou superior. Incluso conjunto de sinalizador acústico visual e envelopamento digital com arte e padrões utilizados pela DIMUTRAN.	Unidade	01	R\$ 163.633,33	R\$ 163.633,33
VALOR GLOBAL ESTIMADO					R\$ 353.633,33

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, são caracterizados como comuns, conforme Decreto nº 2664, de 17 de Janeiro de 2023.

1.3. A escolha da proposta será a mais vantajosa para a contratação por Pregão, na modalidade eletrônica, Aquisição de 02 (dois) veículos automotores do tipo hatch, zero km, cor branca, ano/modelo 2026 ou superior para a Secretaria Municipal de Saúde e 01 (uma) viatura do tipo caminhonete destinada à Divisão Municipal de Trânsito, conforme condições, quantidades e



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

exigências estabelecidas neste termo de referência.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço por Item, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência quanto às especificações do objeto.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme sequencial nº. 360 para a aquisição de 01 (uma) viatura do tipo caminhonete destinada à Divisão Municipal de Trânsito e sequencial nº. 501 para a aquisição de 02 (dois) veículos automotores, zero km, do tipo hatch, cor branca, ano/modelo 2026 ou superior para a Secretaria Municipal de Saúde.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no tópico nº 3 do(s) Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es), apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não será exigida marca, modelo ou fabricante específico do veículo ou dos equipamentos, devendo todos os bens ofertados serem novos, de primeiro uso, não sendo admitidos veículos ou equipamentos usados, recondicionados ou remanufaturados.

4.2. Descrição e especificações do objeto:

4.2.1. VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO HATCH, ZERO KM, COR BRANCA

- Ano/modelo 2026 ou superior;
- Veículo zero quilômetro;

- Cor branca;
- Motorização mínima de 1.0 ou superior de mínimo 3 cilindros;
- Motor flex (gasolina e etanol);
- Potência mínima de 75 cv;
- Capacidade para 05 (cinco) ocupantes, incluindo o motorista;
- Carroceria hatch;
- 05 (cinco) portas, sendo quatro laterais e uma traseira;
- Distância entre eixos mínima de 2.370 mm;
- Porta-malas com capacidade mínima de 257 litros;
- Tanque de combustível com capacidade mínima de 44 litros;
- Tração dianteira;
- Transmissão manual de no mínimo de 05 (cinco) marchas à frente e 01 (uma) à ré, ou automático;
- Direção elétrica, eletro-hidráulica ou hidráulica;
- Ar-condicionado original de fábrica;
- Vidros elétricos nas duas portas dianteiras;
- Travas elétricas nas quatro portas;
- Alarme antifurto;
- Sistema de travamento remoto por chave ou controle;
- Banco do motorista com regulagem de altura;
- Volante com regulagem de altura;
- Apoios de cabeça para todos os ocupantes;
- Cintos de segurança de três pontos para todos os ocupantes, conforme legislação vigente;
- Computador de bordo;
- Sistema multimídia ou central de áudio original de fábrica com, no mínimo:
 - Rádio AM/FM;
 - Conexão Bluetooth;
 - Entrada USB;
- Desembaçador do vidro traseiro;
- Limpador e lavador do vidro traseiro;
- Airbags frontais para motorista e passageiro;
- Sistema de freios ABS com EBD;
- Controle eletrônico de estabilidade (ESC);

- Controle eletrônico de tração (TCS), quando integrado ao sistema do fabricante;
- Assistente de partida em rampa, quando integrante da versão ofertada;
- Equipado com todos os itens obrigatórios previstos na legislação de trânsito vigente;
- Tapetes de borracha;
- Protetor de cárter;
- Calhas de chuva instaladas em todas as portas;
- Película de controle solar (insulfilm) instalada em conformidade com a regulamentação do CONTRAN;
- Bancos revestidos em couro ecológico (courvin), original de fábrica ou instalado pela contratada antes da entrega dos veículos;
- Assoalho revestido com material impermeável de alta resistência, em couro ecológico (courvin) ou material equivalente de igual ou superior durabilidade;
- Chave reserva;
- Manual do proprietário em língua portuguesa;
- Garantia mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, ou a garantia oferecida pelo fabricante, prevalecendo a que for maior.

4.2.2. VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMINHONETE, ZERO KM, COR BRANCA, CABINE DUPLA, ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR.

- Fabricação nacional;
- Capacidade 5 passageiros;
- Com no mínimo 4 portas;
- Cinto de segurança de 3 pontos;
- Motorização mínima 1.2;
- Com potência mínima de 90 cv;
- Câmbio automático de no mínimo 6 velocidades, sendo 5 marchas de avanço e 1 Marcha ré;
- Motor flex/bicombustível: álcool e gasolina;
- Direção no mínimo: hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica;
- Ar condicionado;
- Alarme antifurto, chave canivete com travamento das portas;
- Retrovisor elétrico;

- Sistema de multimídia com bluetooth, som automotivo com entrada USB e Radio FM;
- Travas elétricas em todas as portas;
- Vidros elétricos nas portas;
- Farol de neblina;
- Airbag para motorista e passageiro;
- Sistema de frenagem no mínimo com freios a disco abs e ebd;
- Bancos dianteiros e traseiros com revestimento em tecido sintético/ecológico ou couro;
- Calhas de chuva de material resistente nas portas;
- Insulfilm nos vidros conforme regulação do CONTRAN;
- Equipado com todos os itens de segurança obrigatórios conforme legislação em vigor;
- Tapetes de borracha, estepe, macaco, chave de rodas, triangulo de sinalização;
- Chave reserva e manual do proprietário;
- Garantia mínima de 12 meses.

Caracterização: Envelopamento digital com arte e padrões utilizados pela Dimutran (Divisão Municipal de Trânsito da Prefeitura Municipal de Guaxupé - MG)

Acessórios adicionais:

- Estribo lateral;
- Santo Antônio;
- Engate reboque elétrico traseiro;
- Protetor de caçamba;
- Quebra mato com protetor de faróis.

b) CONJUNTO DE SINALIZADOR ACÚSTICO VISUAL

- **Sinalizador luminoso** em formato de arco, que permite total visualização em um ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos de luminosidade.
- Injetado em módulo único de policarbonato resistente a impactos e descolorização com tratamento UV", sendo a tampa e a base injetados em lente inteiriça, base em alumínio extrudado de alta resistência mecânica.

Sinalização óptica:

- Composto por 14 blocos óticos de 4 LED's com potência de 1 Wats cada com intensidade luminosa de no mínimo 40 lumens, dotado de lente colimadora confeccionada em policarbonato óptico com resistência automotiva e alta visibilidade.
- Dotado de luz de beco de 50 Wats, sendo 01 (uma) em cada lateral.

- Controlado por central única com micro processador que permite a geração de lampejos luminosos de altíssima frequência - superiores a 450 flashes por minuto.
- O circuito eletrônico gerencia a corrente elétrica aplicada nos LED's através de PWM (pulse Width Modulador), o PWM garante também a intensidade luminosa dos LED's, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos LED's.
- O consumo máximo da barra nas funções LED's, excluídas as luzes de beco não ultrapassa 7 A.
- O sistema possui ainda cinco efeitos luminosos que caracterizem o veículo em patrulhamento, em emergência, e direção (direita, esquerda e central), os quais são acionados separadamente.
- O sistema de controle dos sinalizadores visual e acústico é único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas (acústico e visual).
- Pode ser instalado em local específico quando este for solicitado (console) ou no local originalmente destinado à instalação de rádio possibilitando sua operação por ambos os ocupantes de cabine.
- O equipamento possui sistema de gerenciamento de carga automática, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado, desligando o sinalizador s necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor.

Sinalização acústica:

- Amplificador de 100 W RMS de potência, 13,8Vcc e 4 ou 6 tons distintos, reposta de frequência de 300 a 3000 Hz e pressão sonora a 01 (um) metro de 120 dB 13,8 Vcc, com driver instalado na parte interna do sinalizador, com corneta única em formato "U" de dupla saída na parte inferior do sinalizador.
- Sistema de megafone com ajuste de ganho, e potência de no mínimo 30 W RMS, com interligação auxiliar de áudio com a rádio transceptor.

GARANTIA: Garantia mínima de 12 (doze) meses.

4.2. A empresa contratada deverá entregar o veículo solicitado em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do(s) empenho(s), podendo este prazo ser prorrogado por igual período pela Prefeitura de Guaxupé desde que justificado expressamente pela empresa vencedora e aceito



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

pelo Município, no seguinte endereço: Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 1309, Jardim Vera Cruz.

4.3. Os veículos deverão ser entregues com emplacamento, licenciamento e seguro obrigatório pagos e documentação em nome do Município de Guaxupé;

4.4. Os veículos deverão ser entregues com seguro de auto contra acidentes, danos materiais e pessoais a terceiros, com serviço de socorro, guincho e taxi sem limite de quilometragem válido por 01 (um) ano a partir da data de entrega dos veículos.

4.5. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021): Não serão exigidas marcas, devendo a licitante ofertar o objeto de acordo com o descritivo no Edital, oferecendo a marca que dispuser na proposta.

4.6. Sustentabilidade: Os requisitos da contratação relacionados a sustentabilidade encontram-se pormenorizado em tópico específico do(s) Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es), apêndice deste Termo de Referência.

4.3. Da exigência de amostra: Não há exigência de amostra

4.4. Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Vistoria: Quando a avaliação prévia do local de execução dos serviços for necessária para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, é assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.5.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução:



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

5.1.1. Início da execução do objeto: O prazo de entrega em até 60 (sessenta) dias, contatos a partir do recebimento do empenho, podendo este prazo ser prorrogado por igual período pela Prefeitura de Guaxupé desde que justificado expressamente pela empresa vencedora e aceito pelo Município, em remessa única.

5.1.2. Local da entrega do objeto: Os veículos/viatura deverão ser entregues na Sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, aos cuidados do Coordenador de Transportes Internos, Sr. Ednaldo Alves Barbosa, localizada na Avenida Presidente Tancredo Neves, 1.309, Jardim Vera Cruz, CEP 37832-276, no horário de expediente, qual seja, de segunda-feira a sexta-feira, das 07h às 11h00 e das 13h às 16h.

5.1.3. Materiais a serem disponibilizados: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica: (art. 40, §1º, inciso III, da Lei 14.133/21): Os serviços ou bens que apresentarem vício ou defeito na execução deverão ser corrigidos conforme garantia legal expressa no art. 26 do Código de defesa do Consumidor.

5.2.1. Os Objetos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos daqueles que foram utilizados na fabricação do objeto.

5.2.2. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens ou serviços que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data de retirada do objeto das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.2.3. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar Objetos equivalentes, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

administrativos durante a execução dos reparos.

5.2.4. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do Objeto ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato, que deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

6.3. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.4. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Termo de Referência e seus anexos;

6.6. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Termo de Referência e no Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

6.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

6.8. As comunicações entre o Contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, também, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.9. Após a assinatura do contrato, o município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.10. Fiscalização do Contrato

6.10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.10.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10.3. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (ar. 117, §1º da Lei 14.133 de 2021).

6.10.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

6.10.6 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.10.7. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.10.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.10.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

7.1. Recebimento: Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado de a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

7.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.6. PAGAMENTO

7.6.1. O pagamento será efetuado em até 30(trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto, já deduzido o valor referente ao ISSN, quando este seja devido no Município de Guaxupé/MG, além do valor referente aos demais tributos incidentes (Contribuições Sociais, IR, etc.) quando a lei determine a retenção, para efeito de cálculo de ISSQN.

7.6.2. A solicitação de pagamento deverá estar acompanhada de:

- a) Atestado de recebimento definitivo do objeto emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços.
- b) Primeira via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal – Fatura

7.7. O pagamento será efetuado por crédito em conta-corrente.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta: O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. Critérios de aceitabilidade de preços: O critério de aceitabilidade de preços será o valor por item, estimado para a contratação.

8.3. Exigências de habilitação:

8.3.1. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira são as usuais para a generalidade de objetos e encontram-se disciplinadas no Edital.



SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

8.4. Qualificação Técnica: Conforme disciplinado no Edital do Processo Licitatório.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 353.633,33 (Trezentos e cinquenta e três mil seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos financeiros para o pagamento dos serviços aqui contratados serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Ficha 460 – Dotação 02.05.06.10.122.0052.1016.4.4.90.52.00 – Fonte de Recursos 1621 – Código de Aplicação 0000.

Ficha 460 – Dotação 02.05.06.10.122.0052.1016.4.4.90.52.00 – Fonte de Recursos 1500 – Código de Aplicação 1002.

Ficha 460 – Dotação 02.05.06.10.122.0052.1016.4.4.90.52.00 – Fonte de Recursos 1621 – Código de Aplicação 3210.

Ficha 460 – Dotação 02.05.06.10.122.0052.1016.4.4.90.52.00 – Fonte de Recursos 1500 – Código de Aplicação 1002.

Ficha 1179 – Dotação 02.11.02.26.782.0727.2432.4.4.90.52.00 – Fonte de Recursos 1755 – Código de Aplicação 0000.

11. SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O procedimento será divulgado PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.ammlicita.org.br; no site oficial do município com endereço www.guaxupe.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no sistema eletrônico utilizado pelo Município de Guaxupé, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Guaxupé, 15 de julho de 2026

JOSÉ LUIZ RIBEIRO
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS

BARBARA ROMANELLI DE FARIA
COORDENADORA DE SERVIÇOS
ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

MARCOS ROBERTO DA CUNHA
COORDENADOR DE LOUGADOUROS

EDNALDO ALVES BARBOSA
COORDENADOR DE TRANSPORTES
INTERNOS

Assinado por 4 pessoas: EDNALDO ALVES BARBOSA, MARCOS ROBERTO DA CUNHA, JOSÉ LUIZ RIBEIRO e BÁRBARA ROMANELLI DE FARIA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://guaxupemg.1doc.com.br/verificacao/A345-F18C-483C-2400> e informe o código A345-F18C-483C-2400



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A345-F18C-483C-2400

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDNALDO ALVES BARBOSA (CPF 068.XXX.XXX-45) em 15/07/2026 15:05:17 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARCOS ROBERTO DA CUNHA (CPF 002.XXX.XXX-61) em 15/07/2026 15:07:54 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOSÉ LUIZ RIBEIRO (CPF 353.XXX.XXX-34) em 15/07/2026 15:09:09 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BÁRBARA ROMANELLI DE FARIA (CPF 303.XXX.XXX-07) em 15/07/2026 16:33:25 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://guaxupemg.1doc.com.br/verificacao/A345-F18C-483C-2400>

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

Lei 14.133 de 2021

MINUTA DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ E _____, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR EXPOSTAS:

CONTRATO N° XXX/2026

PREGÃO Nº 055/2026

FORMA DE REALIZAÇÃO: ELETRÔNICA**PROCESSO AMMINISTRATIVO N° 192/2026**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1. CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Conde Ribeiro do Valle, nº 68, centro, inscrito no CNPJ nº 18.663.401/0001-97, neste ato representado pelo (a) Secretário (a) Municipal de, **Sr(a).**, inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xx-xx, aqui denominado **CONTRATANTE**; e,

1.2. CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, empresa inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CEP: xx.xxx-xxx, neste ato representada pelo xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador do RG nº
xx-xx.xxx.xxx xxx/xx, inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, neste ato denominada **CONTRATADA**, firmam o
presente instrumento mediante as cláusulas e condições:

1.3. DOS FUNDAMENTOS

1.3.1. A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº 192/2026 – Pregão nº 055/2026, realizado sob a forma eletrônica e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA II - DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a **Aquisição de 02 (dois) veículos automotores do tipo hatch, zero km, cor branca, ano/modelo 2026 ou superior para a Secretaria Municipal de Saúde e 01 (uma) viatura do tipo caminhonete destinada à Divisão Municipal de Trânsito do Município de Guaxupé/MG**, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guaxupé/MG, em conformidade com as especificações e quantitativos contidos nos projetos que fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

2.2. Compete a Contratada xxxxxxxxxxxx:

Item	Descrição	Marca Modelo	Qtde.	Unid.	Valor Unitário	Subtotal
X	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxx	x	xx	R\$ x,xx	R\$ x,xx
Valor Total						R\$ x,xx

2.3. Fazem parte do presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, o edital convocatório do Pregão nº 055/2026 – Processo nº 192/2026, seus Anexos, assim como a proposta comercial da Contratada, os quais esta se obriga a observar integralmente, independente de transcrição.

CLÁUSULA III - DO PRAZO, DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO

3.1. DO PRAZO

3.1.1. O prazo de vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta) dias** e poderá ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal 14.133/2021.

3.1.2. A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução objeto do Pregão nº 055/2026, assim como pelo rigoroso cumprimento dos prazos determinados em que assumiu, sob pena de sujeitar-se às sanções da Lei nº 14.133/2021.

3.1.3. Na ocorrência de fatos supervenientes, os pedidos de adequação referentes aos prazos parciais serão encaminhados à Contratante 01 (um) dia após o evento, em comunicação por escrito.

3.1.4. Na eventual hipótese da necessidade de prorrogação do prazo final, o pedido deverá ser encaminhado através de requerimento, 10 (dez) dias antes de findar o prazo original, com comprovação de fatos que justifiquem tal solicitação.

3.2. DO VALOR

3.2.1. O valor total do presente contrato é de R\$ xxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme resultado do Processo Licitatório nº 192/2026, Pregão 055/2026, vencido pela empresa contratada.

3.2.2. Todos os encargos sociais e fiscais, taxas e emolumentos, que recaírem sobre o contrato, correrão à conta da Contratada.

3.3. DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO **DO PAGAMENTO**

3.3.1. O pagamento pela efetiva prestação do serviço, objeto deste instrumento, será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, ao final de cada modulo, à CONTRATADA, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, junto com as comprovações de regularidade junto a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho.

3.3.1.1. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela CONTRATADA diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a entrega do serviço e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

3.3.1.2. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação da prestação definitiva do serviço, pela fiscalização do Município de Guaxupé e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

3.3.1.3. Para execução do pagamento, CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra legível, em nome do Município de Guaxupé, informando o número de sua conta-

-corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

3.3.1.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Guaxupé.

3.3.2. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Guaxupé, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do INPC do mês anterior ao do pagamento “*pro rata tempore*”, ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

3.3.3. O Município de Guaxupé, ao efetuar pagamento às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, está obrigado a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 2145, de 26 de junho de 2023.

3.3.3.1. Desta forma, a empresa deverá destacar a retenção do IR no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº 1.234, de 2012, alterada pela IN RFB n. 2145, de 26 de junho de 2023, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal.

3.3.3.2. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados as pessoas jurídicas pelos serviços e produtos elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234, de 2012, alterada pela IN RFB n. 2145, de 26 de junho de 2023.

3.3.3.2.1. As empresas amparadas pela isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR, devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

3.3.4. DO REAJUSTE DE PREÇOS

3.3.4.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, excetuadas as situações previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei 14.133/93.

3.3.4.2. O valor contratado será reajustado anualmente, na ausência de índice de reajuste específico, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

3.3.4.2.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do INPC.

3.3.4.2.1.1. O índice do INPC será calculado tendo por data-base a data do orçamento estimado para o objeto do certame.

3.3.4.2.1.2. O reajuste não incidirá sobre itens já executados pelo contratado, em nenhuma hipótese e terá como base de incidência a data da apresentação da proposta de preços nesta licitação (Art. 135, § 3º, Lei 14.133/2021).

3.3.4.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

3.3.4.3.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3.3.4.4. O reajuste de preços somente poderá ser concedido após o décimo segundo mês de vigência contratual.

3.3.4.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

3.3.4.6. Nos casos em que a vigência contratual seja prorrogada por prazo superior a 12 (doze) meses, os preços contratados poderão ser reajustados com base nas determinações do item 3 e subitens.

3.3.4.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

3.3.5. DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

3.3.5.1. Verificada ocorrência das hipóteses previstas no artigo 124, II, “d”, da Lei 14.133/21, proceder-se-á ao reequilíbrio dos preços contratados, mediante expressa e formal solicitação fundamentada do contratado.

3.3.5.2. Não será concedido reequilíbrio de preços de itens já executados pelo contratado, em nenhuma hipótese. O reequilíbrio de preços será apenas dos itens a serem executados na data da solicitação.

3.3.5.3. O reequilíbrio de que trata o item **3.3.5.1** poderá ser solicitado pela área técnica, ou pela contratada, mediante apresentação de justificativa que comprove a necessidade, cuja autorização deve emanar da autoridade competente.

3.3.5.4. A oferta de preço inexequível, ratificada pela proponente, é de inteira responsabilidade da mesma, e não caracteriza a álea econômica extraordinária e extracontratual exigida pelo art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei 14.133/21. Portanto, não é fundamento para pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas resultantes deste contrato ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Ficha 460 – Dotação 02.05.06.10.122.0052.1016.4.4.90.52.00 – Fonte de Recursos 1621 – Código de Aplicação 0000.

Ficha 460 – Dotação 02.05.06.10.122.0052.1016.4.4.90.52.00 – Fonte de Recursos 1500 – Código de Aplicação 1002.

Ficha 460 – Dotação 02.05.06.10.122.0052.1016.4.4.90.52.00 – Fonte de Recursos 1621 – Código de Aplicação 3210.

Ficha 460 – Dotação 02.05.06.10.122.0052.1016.4.4.90.52.00 – Fonte de Recursos 1500 – Código de Aplicação 1002.

Ficha 1179 – Dotação 02.11.02.26.782.0727.2432.4.4.90.52.00 – Fonte de Recursos 1755 – Código de Aplicação 0000.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São obrigações da Contratada, além de outras decorrentes da natureza do contrato, e daquelas já previstas no edital:

5.1.1. Responsabilizar-se pela execução do objeto do presente contrato, obedecidos os prazos e condições fixados no Edital e seus respectivos anexos.

5.1.2. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessários à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista como o fornecimento de EPI, e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato.

5.1.3. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante ou a terceiros.

5.2. Poderá o Município exigir, em qualquer época, a apresentação de documentos e informações complementares, atinentes à licitação, incluídos os que referirem à regularidade da empresa com as suas obrigações.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. São obrigações do Contratante:

6.1.1. Efetuar pagamento à Contratada no prazo fixado neste contrato, após a entrega da Nota Fiscal.

6.1.2. Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA VII - DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES

7.1. Qualquer modificação de forma ou quantidade (acréscimo ou redução), objeto deste contrato, poderá ser determinada pela Contratante mediante assinatura de Termos Aditivos, observadas as normas legais vigentes.

CLÁUSULA VIII - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

8.1 - A fiscalização do contrato será realizada conforme estabelecido no subitem 6.10. e seus subitens do Termo de Referência, Anexo II do Edital e nos termos do artigo 117, caput da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Fiscal do contrato:

CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES

9.1 - O descumprimento do contrato ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e na Lei

14.133/2021.

9.2 – É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

10.1 - A rescisão do presente contrato poderá ser:

10.1.1 - determinada por ato motivado da Administração, após processo regular, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos casos do artigo 78, I a XII e XVII da Lei de Licitações.

10.1.2 - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

10.1.3 - judicial, nos termos da legislação.

10.2 - No caso de rescisão do Contrato, ficará suspenso o pagamento à Contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Guaxupé para dirimir dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro;

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Guaxupé/MG, xx de xxxxxxxx de 2026.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
